

C E D I
284
4/11/77

CEDI - P. I. B.
DATA 31/12/86
NO. 11000/56

3º CURSO de INDI- GENISMO

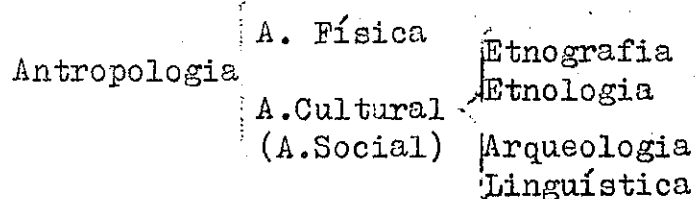
Belém
Rurá



TEMA 1: CONTRIBUIÇÃO DA ANTROPOLOGIA PARA A COMPREENSÃO DOS POVOS INDÍGENAS ; CONTATO DE ETNIAS.

I. Que é Antropologia.

a) Concepção do início do século: Antropologia como estudo do homem.



Obs.: Etnografia - estudo descritivo das comunidades humanas.
Etnologia - como sinônimo de A. Cultural

b) A. Social e Sociologia: disciplinas próximas

Semelhanças - as duas voltam-se para o estudo dos aspectos sociais do comportamento humano.

Diferenças -> difíceis de serem estabelecidas (questão de rótulo):

(1) Objeto de estudo	antropólogos - estudo das comunidades primitivas
	sociólogos - estudo das comunidades urbanas e rurais.

(2) Método de investigação	antropólogos -> observação direta com o objeto de estudo
	sociólogos -> uso de estatísticas

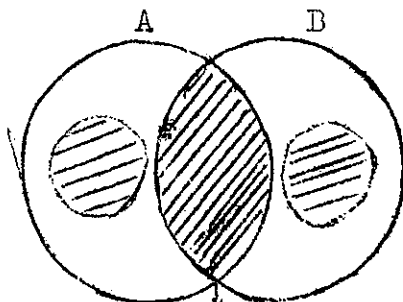
II. Histórico: principais orientações teóricas da Antropologia Social.

- a) Primórdios na literatura informativa portuguesa e jesuítica. 1º "antropólogo": Caminha (século XVI)
 - Hans Staden: apresentou descrição detalhada sobre a vida dos tupinambás (foi seu prisioneiro; filme "Como era gostoso meu francês"). Ambos descrevendo a realidade a partir do ponto de vista da sociedade em expansão.
 - Século XVIII: Rousseau e o "Dom Selvagem": preocupação dos filósofos com as comunidades exóticas.
- b) Antropologia e Colonialismo: problemas éticos, a responsabilidade do antropólogo
 - A Antropologia fornecendo instrumentos teóricos para a compreensão da realidade dos povos, alvo dos interesses expansionistas da sociedade europeia, facilitando a penetração e dominação colonialistas.
- c) Orientações teóricas: evolucionismo e difusionismo.
 - Evolucionismo -> evolução (influência dos iluministas)
 - Difusionismo -> difusão - exprime a mudança cultural)
 - Bastian: "Unidade psíquica da humanidade", explicando a semelhança de invenções entre diferentes e longínquas civilizações.
 - Morgan: "considerado o "pai" da Antropologia. Fez um "Esquema Evo

d) **Historicismo (U.S.A.) e Funcionalismo (Inglaterra):**

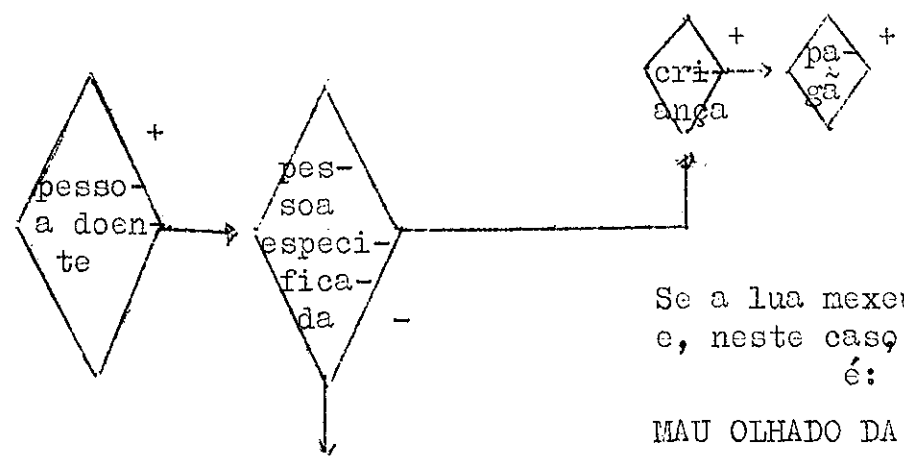
- **Franz Boas**: ênfase ao trabalho de campo. Críticas ao evolucionismo do século XIX: deixaram de fazer trabalho de campo.

Componentes da cultura: traços culturais, complexos, área cultural:



subárea de influência recíproca entre duas áreas diferentes. Daí surgiu o termo aculturação.

- **Funcionalismo** — função. Os funcionalistas consideram a sociedade humana como um sistema. Função não é causa, é aproximadamente uma consequência.
 - **MALINOWSKI**: Passou os quatro anos da I grande guerra com os ilhéus de Trobriand. Considerava de extrema importância o trabalho de campo.
 - **Radcliff Brown**: conceitos do funcionalismo. Segundo ele, a estrutura social é formada pelo feixe das relações sociais. Sob sua influência a Antropologia foi considerada um ramo da Sociologia. Considerava cultura uma abstração.
- e) **Sociologia e Antropologia na França:**
- **Émile Durkheim**: criador da sociologia em França. Definiu a especificidade do fato social. "O social só pode ser explicado pelo social". (Não é válida sua argumentação biológica, psicológica, etc.). Representações coletivas: as pessoas, vivendo em sociedade, representam sua vida social. A religião como idealização da vida social. Resumo de seu pensamento: "Deus é a sociedade." Distingue dois tipos de solidariedade ao nível da complexidade: mecânica (nas sociedades primitivas) e orgânica (nas sociedades ocidentais; presença das classes sociais). Não consegue definir exatamente solidariedade.
 - **Marcel Mauss**: a troca de bens entre as sociedades é um meio de aproximar linhagens diferentes a fim de evitar guerras. Sua mais importante contribuição intitula-se "Ensaio sobre as dádivas". Destacam-se:
 - Kula → instituição dos ilhéus de Trobriand, que consiste na troca de colares de conchas entre parceiros. Os presentes dados serão trocados posteriormente.
 - Potlatch → em determinada festa o anfitrião distribui presentes aos convidados. Posteriormente este receberá do anfitrião de outra festa.
 - **A. Van Gennep**: estudo sobre ritual. "Ritos de Passagem": assinalam uma mudança no status do indivíduo (aniversário, batismo, casamento, etc.). Esses ritos possuem três fases:
 - (1). Separação: o indivíduo separa-se de um estágio anterior.
 - (2). Margem ou límen: decorrência da separação. Ex: o noivo - não é solteiro nem casado, está à margem.
 - (3). Agregação: quando se consuma a passagem.



Se a lua mexeu com a criança e, neste caso, é:
MAU OLHADO DA LUA

III. Conceitos importantes:

- a) Cultura → parte do ambiente feita pelo homem.
 - Cultura: { material → diz respeito aos instrumentos
 - { não material - não concretos
- b) Sociedade - estrutura social. Segundo Radcliff, a estrutura social se compõe de feixes das relações sociais. É algo que se pode observar empiricamente. Cultura faz parte da estrutura social.
 - Status - concebido como posição que o individuo ocupa na sociedade. Um individuo pode possuir vários status dentro da sociedade (ser pai, professor, representante de clube).
 - Papel - a cada status corresponde um tipo de papel que determinará seu comportamento.
- c) Etnocentrismo - conceito comum que demonstramos.
 - Esteriótipo - idéia falsa que nos leva ao preconceito.
 - Preconceito - decorrência do esteriótipo. (Não se admite antropólogos etnocentristas).
- d) Ênico - deriva da expressão fonêmico. Usados para designar aquilo que é formulado pelo próprio nativo. O antropólogo deve procurar ver as coisas nos termos do nativo.
 - Ético - deriva de fonético. (Nada a ver com ética social). Seria aquilo que é formulado pelo antropólogo sobre o que o nativo disse, ou seja, de fora para dentro.
- e) Antropologia aplicada; os conceitos, modelos e teorias como instrumentos ou ferramentas de trabalho: até que ponto a Antropologia oferece soluções.

QUESTÕES DEBATIDAS EM GRUPO:

- 1ª. Considerando os conceitos de etnocentrismo, esteriótipos, como você os vê na sua experiência de trabalho e em si mesmos?
Citar exemplos.
- 2ª. Como nós vemos e tentamos exprimir as sociedades tribais e as é as sociedades camponesas, levando em conta as colocações feitas pela manhã?
- 3ª. Os conceitos, modelos e teorias da Ciência podem ser usadas como instrumentos ou ferramentas de trabalho?
Até que ponto a Antropologia oferece soluções?

- (1) Altô Xingu
- (2) Área do Chaco Paraguio; ou área do Rio Negro
- (3) Todas as áreas de fricção interétnica
- (4) Realmente não ocorren; seria o desejavel.

QUESTÕES PARA DEBATE EM GRUPO:

- 1ª. De acordo com a sua experiência e suas leituras, quais os tipos de conflitos que podem ser identificados nas áreas onde ocorre o contato entre índios e brancos?
Cite exemplo.
- 2ª. Quais as manifestações de alienação que podem ser identificadas nos grupos indígenas que conhece?
Cite casos concretos.
- 3ª. Os índios contactados pela sociedade nacional acabam por inserir-se numa situação colonial através de uma forma de colonialismo interno. Quais as características desta situação, que você vê no Brasil?
- 4ª. Em sua opinião, quais as principais diretrizes que poderiam orientar uma política indigenista no Brasil?

TEMA 2 : PROCESSO HISTÓRICO DE CONTATO DOS ÍNDIOS DO PARÁ
E AMAZONAS

A) HISTÓRIA DA IGREJA NA AMAZÔNIA

1. Para Portugal, nos primórdios, havia dois eixos no território brasileiro: Salvador X Rio e São Luiz X Belén (o Grão Pará). No Natal de 1615, partiu de São Luiz uma expedição para ocupar a boca do Amazonas, o fundador de Belén (12 de janeiro de 1616). Trazia dez'peços de artilharia e visava "reduzir a nós todas a população visível," conforme a ordem do governador Alexandre Moura. Lembre-se que a esta época Portugal estava sob o domínio espanhol, (1580-1640). O que falitou o avanço da colonização além dos limites demarcados pelo tratado de Tordesilhas. Pedro Teixeira chegou até Quito.
2. Segundo o próprio Caldeira e outros informantes, os índios eram de índole muito branda. O Pe. Vieira os calcula uns 2.000.000 na área, sendo que não conhecia toda a extensão dessa área.
3. Não consta que naquela expedição houvesse algum padre nem que tenha havido celebração de missa.

parco; hoje Gentil Ditencourt). Em 1777 vieram as Dorotéias, no tempo de D. Macedo Costa, grande figura de Bispo pela sua cultura, pela intrepidez, formado na França e no Colégio de Roma, famoso pela participação na Questão Religiosa. Era porém mau administrador e um pouco irrealista, como mostra sua idéia do "Navio Cristóforo" ou o envio de seminaristas para estudar na Europa: poucos perseveraram embora muitos se tenham tornado pessoas de relêvo na política, na medicina etc. Pode-se ainda observar que Dom Macedo era pouco aculturador, como se depreende do portuguescastiço de seus sermões.

9. Durante o Império, a Igreja estava manietada por sua ligação com o poder temporal. Tanto que até a proclamação da República, havia no Brasil só um Arcebispado (Salvador) e 10 bispados. Por causa da cônica, evitava-se a criação de novas Dioceses. Logo depois da República, foram criados quatro novos bispados e Rio de Janeiro foi elevado a Arcebispado. O vigário devia ter um atestado de permanência na paróquia assinado pelo Delegado local e o Bispo. Não podia viajar sem licença.
10. No fim do século passado, vários governadores se interessaram pelos índios e pediram missionários: vieram capuchinhos e franciscanos. Há um caso lendário do Pe Nicolino José de Souza, nativo de uma tribo no rio Trombetas. Estudou na Europa, teve a formação mais refinada, foi vigário de Obidos mas quando voltou à tribo de origem, abandonou tudo para viver como seu povo. Teria feito uma crônica que serviu de base à obra de Gastão Cruls. Teria narrado a 8 de novembro de 1882.

4. Império/República:

- Divisão de estados autônomos beneficiando os interesses das classes dominantes.
- Latifundiários do café, determinando a política econômica (apropriação dos lucros e divisão dos prejuízos).
- Política café com leite - As lideranças oligárquicas de S. Paulo e Minas se revezando no poder.

5. Revolução de 1930:

- 29/30 crise econômica em todo o sistema capitalista
- Transferência da agricultura para a indústria
- Necessidade da presença do capital externo
- Aparecimento de uma burguesia industrial (latifundiários voltando-se para a indústria)
- 1956: Superação da Indústria sobre Agricultura

<u>Economia</u> :	<u>Política</u> :
30-45: Indústria voltada para bens de consumo não duráveis.	- Revolução de 30 Governo Provisório Estado Novo
45-60: Internacionalização da Economia Entrada de capital estrangeiro Indústria de bens duráveis. Infraestrutura	- Queda do Estado Novo fase de democracia crise dos anos 60
	60/64: Renúncia de Janio Quadros Golpe de Estado Instituições bi-partidárias

6. Características do período pós-64:

- 64-67: Reconversão
- 67-73: O milagre
- 73-77: Crise
- Mola-mestra - grande empresa urbano-industrial
- Indústria restritiva - exclui a maioria da população
- Concentração de rendas
- Agrava dependência interna
- Estilo de dominação burocrático-autoritário
- Papel da Agricultura:
 - liberar mão-de-obra
 - fornecimento de matéria-prima
 - produzir alimentos
 - garantir divisas

7. Ocupação da Amazônia:

- Estado garantindo criação de grandes empresas agropecuárias e mineradoras.
- Criação da Transamazônica durante o milagre.
- Protecionismo para o capital: órgãos, incentivos fiscais, infra-estrutura, planos, projetos.
- Plano de Integração Nacional.
- Acúmulo de tensões.

QUESTÕES DEBATIDAS EM GRUPO:

- 1a. Dominação e auto-determinação, como se coloca no passado e como atualmente?
- 2a. A Missão, dentro do seu contexto político e sócio-econômico - no passado e hoje.
- 3a. A reconstituição histórica foi feita, a partir de que ótica?

tema 4: POLITICA INDIGENISTA OFICIAL

Apanhado histórico: Colonia, Império, República,
SPI, Legislação, Estatuto do Índio.

Prof. Expedito ARNAUD.

01. Meados do século XV: Território português inculto e abandonado em grande parte. Fraca população. Português inicia o tráfico de escravos africanos para seu território, em caráter pioneiro. O regime de terras era o de "sesmarias".
02. Descoberto o Brasil em 1500, tomou posse do território pelo então estabelecido direito de conquista. São iniciadas as relações com o índio, através de feitorias estabelecidas no litoral.
03. 1511. A Nau Bretoa conduziu como escravos para Portugal 30 índios, juntamente com 5000 toros de pau-brasil e animais.
04. 1530. Face ao fracasso das feitorias e pela necessidade de ocupação das terras, D. João III envia uma expedição chefiada por Martim Afonso de Souza a fim de estabelecer o regime das Capitânicas hereditárias.
05. 1532. Martim Afonso é autorizado a vender 48 índios anualmente e os demais podem vender 24.
06. 1537. Breve do Papa Paulo III e Bula do Papa Urbano VIII consideram os aborígenes americanos como "verdadeiros homens capazes da fé cristã e com direito à liberdade."
07. 1548. (17 de dezembro). Expedido regimento para o 1º Governador, Tomé de Souza, recomendando que trate bem dos índios, reduzindo-os à fé católica, concedendo terras e aldeamentos aos que fossem convertidos e proibindo hostilidades contra eles, salvo aqueles que se mostrassem inimigos.
08. 1557. Em represália pela morte do 1º Bispo, D. Pedro Fernandes Sardinha foi determinada a escravização dos Kaeí.
09. Carta Régia ao Governador Tomé de Souza para apoiar os jesuítas na conversão dos gentios; atendendo a reclamações dos colonos, pela falta de braços, outra carta estabelecendo normas para o cativo de índios em guerras justas.
10. 1570. Lei de 20 de março, do Rei D. Sebastião, condenando os meios ilícitos aplicados em capturar os índios e determinando que as guerras justas só fossem travadas mediante ordem real do governador.
11. 1573. Carta régia estabelecendo o antigo sistema de resgate, embora com moderação, para atender à necessidade de braço indígena nas fazendas.
12. Lei de 11.11.1595 e Provisão de 20.7.1596 regulando a guerra justa, legalização dos cativos e forma como os padres "se haveriam com os mesmos."
13. 1602. Representação do Governador Geral contra o sistema dos padres e seus aldeamentos: seria mais acertado trazer os índios para as povoações mesmo coagidos.
14. 1605-1609. Pela primeira vez se estabelece em tese que em nenhum caso podia-se castigar os gentios. Pela lei de 30 de julho de 1609 todos os índios do Brasil foram declarados "livres", conforme o Direito e o seu nascimento, sem restrições; com direito a pagamento do trabalho, posuir fazendas e propriedades, "morar e comerciar com os moradores das Capitânicas"; não fossem transferidos de suas terras contra a vontade. Aos jesuítas foi atribuída a civilização e catequese dos mesmos.

1688. Alvará de 18 de abril revogando a lei que proibia totalmente os cati-
veiros e impondo a lei de 9.4.55, inclusive porque os cativados pe-
los índios em suas guerras eram vendidos para o estrangeiro ou nos
próprios domínios.

Século XVIII.

1707. Ordenação de 25 de outubro ao Governador do Maranhão autorizando a
matança ou escravização dos índios considerados nocivos, para intimi-
dar os demais; venda dos cativos em praça pública.
1708. Carta régia ao Governador Geral do Brasil propondo um ataque simula-
do ao "índios de corso", para aniquilá-los.
1718. Provisão de 9 de março determina os descimentos espontaneos e mesmo
forçados para os que desconhecessem a autoridade, andassem nus ou in-
fringissem as leis da natureza.
1721. Provisão de 27 de março devolve aos jesuitas a administração das al-
deias, mas uma ordenação de 13 de maio autoriza o Governador resga-
tes anuais em favor de seus vassallos para não desagradá-los.

Fase pombalina .

1751. Instruções régias de 31 de maio para que o Governador do Pará visite
as aldeias livres para verificar os índios que poderiam ser retira-
dos sem prejuizo delas e conceder melhores salários aos índios.
~~1752~~ 1752. Mendonça Furtado denuncia os religiosos de não observação do regimen-
to das Missões, descendo os índios para proveito próprio.
1753. Mendonça Furtado, a 15 de maio, informa que entre 688 e 723 haviam
sido repartidos somente 450 índios em toda a capitania do Maranhão e
sugere copiosos descimentos em beneficio dos moradores do Estado.
1755. Inicio da legislação pombalina. Lei de 6.6.55, baseada em leis ante-
riores e inspirada no Breve de Benedito XIV, de 20.12.741, afirmando
a liberdade dos índios, conforme a lei de 1º.4.680, isentos das admi-
nistrações e administradores, sujeitos somente às leis do Reino e há-
beis como os outros súditos para todas as honras e privilégios. Seja-
-lhes garantido o livre uso de seus bens e o domínio e a posse de su-
as terras. Em 7 de junho, um alvará suprime o poder temporal dos
missionários de qualquer religião.
1757. Regulamentação da lei no directorio de 3 de maio. Determina a nomea-
ção de Directores para o Pará e Maranhão; ensino obrigatório do portu-
guês; direito de distribuir honrarias e títulos aos índios no desem-
penho de cargos públicos e castigo aos brancos que injuriassem os
índios; a sexta parte da produção dos índios sob sua guarda; observa-
ção dos costumes dos índios alienantes para ver se poderiam viver jun-
tos.
1758. Bula Papal de 1º de abril autoriza reforma da Companhia de Jesus em
Portugal e colonias.
1759. Expulsão dos jesuitas - lei de 3.9.1759.
1761. Extinção do poder temporal dos missionários sobre os índios - Or-
denação a 7 de junho.
1773. Representação de Antônio Pastanha da Silva contra o Directório, "la-
birinto de determinações", segundo ele, causa de abusos.
1787. Decadência das tribus constatada pelo bispo do Pará, Fr. Caetano
Brandão.
1798. Carta régia de 12 de maio, extinguindo o directorio. Ninguém poderia
fazer "descimentos" mas seria premiado quem reduzisse qualquer nação

de gentio; autorização de guerras defensivas; permissão para os índios poderem organizar-se em milícias.

Século XIX

- 1808. Carta régia de 13 de maio, ordenando guerra defensiva contra os Botocudos. A 5 de novembro, os milicianos e moradores de S. Paulo são estimulados a capturar os índios, retendo-os como prisioneiros de guerra por 15 anos, sujeitando-os a qualquer serviço.
- 1811. Carta régia mandando guerrear os Carajá, Canoeiro, Apinayé, Xavante.
- 1812. Regimento de 13 de maio recomendando bom tratamento aos índios do Maranhão e punição dos contraventores de sua liberdade.
- 1818. Provisão de 8 de janeiro sobre educação dos índios de S. Pedro do Sul. Decreto de 25 de fevereiro concedendo favores aos índios do Nordeste que lutaram contra os revolucionários do Recife.
- 1822. Portaria de 18 de abril contra os injustos cativéis do Rio das Mortes.

Período Imperial.

- 1823: "Apontamentos para a civilização dos índios bravos do Imperio do Brasil" apresentados por José Bonifácio à Assembléa Constituinte, baseados: justiça, respeitando as terras de que são legítimos senhores; brandura, constancia e sofrimento porque somos usurpadores e cristãos; comércio com eles; fazer as pazes com os inimigos índios e favorecer casamentos entre eles e os mulatos. Nada disto constou na Constituição de 1824.
- 1831. Monteiro Daena representa junto ao Conselho da Provincia do Pará, sobre a necessidade de um novo regulamento promotor da civilização do índio, critica a substituição dos índios por negros e sugere o seu aproveitamento para aumentar a população do país. Ficou em projecto.
- 1831. Lei de 27 de outubro revoga as cartas régias de 1808, libertando todos os índios escravos que passaram a ser considerados como órfãos.
- 1834. Lei de 22 de agosto (adicional à constituição) extingue os Conselhos Gerais de Provincia, substituindo-os pelas Assembléas Legislativas em relação à catequese e civilização dos índios.
- 1843. Lei de 21 de outubro autoriza o governo a realizar a catequese e civilização dos índios.
- 1845. Lei de 24 de julho prescreve: conversão e catequese dos índios confiada aos missionários; proíbe emprego de força para atraí-los; demarcação das terras; serviço ao governo mediante salário; serviço militar, sem obrigatoriedade.
- 1850. Lei Nº 601 de 18 de setembro considerada a Lei Básica de Terras do Império. Art. 12: "O governo reservará das terras devolutas as que julgar necessárias para a colonização dos indígenas. A 21 de outubro é determinada a incorporação aos próprios nacionais das terras dos já não aldeados, dispersos e confundidos na massa da população civilizada"...
- 1852. Aviso: os terrenos das aldeias indígenas pelo fato de passarem para o dominio nacional não são próprios nacionais.
- 1861. Lei Nº 1067 de 28 de julho cria o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas com a competência de gerir os negócios referentes aos registros de terras possuídas; de dirigir a catequese e civilização dos índios, as missões e aldeamentos.
- 1865. e seguintes. Existe ainda escravidão em algumas áreas. Discutem a utilização do índio em substituição ao escravo negro. No Sul, cerca

de 2000 Kaingang morrem em consequencia do envenenamento de suas águas por um bugreiro.

Período Republicano

- 1890. A 7 de novembro, o serviço de catequese e civilização dos índios passa para a competencia do Estado.
- 1891. 24 de fevereiro. Promulgada a Constituição Republicana. Não foi aceita uma proposta positivista que integrava os índios; suas terras não foram resguardadas. Os Estados ficaram "com inteira liberdade para conceder ou não as terras necessárias à localização dos numerosos grupos indígenas", segundo a Lei 601 de setembro de 1850.
- 1900. A Presidencia da República convoca várias reuniões sobre os conflitos entre os índios e as frentes de penetração no sul, estudando a conveniência ou não de enviar forças do Exército para intervir.
- 1907. Herrmann von Ihering, diretor do Museu Paulista, declara que nenhuma contribuição se devia esperar dos índios para a civilização e nada mais restava senão provocar seu extermínio.
- 1908 e seguintes. Face à derrocada da catequese religiosa no século XIX, acrescenta-se a idéia positivista de dar novo rumo à política indigenista, através de um órgão oficial.
- 1910. Pelo decreto 8072, de 20 de junho é criado o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais, ligado ao Ministério da Agricultura.
- 1911. Regulamento do SPI aprovado pelo decreto 9214 de 15 de dezembro, com as mesmas normas estabelecidas no decreto anterior. A proteção aos índios é estendida aos aldeados, reunidos em tribu, nômades ou vivendo em promiscuidade com os civilizados. Instalação em terras férteis de Centros Agrícolas. A palavra catequese foi substituída por proteção, "que melhor entende com o espírito e a letra da Constituição". Rondon passa a direção do SPI ao engenheiro José Bezerra Cavalcante, mas continua como seu orientador e vigilante. Começa a luta do SPI contra os esbulhos dos territórios tribais por particulares e governos estaduais.
- 1916. O Código Civil (lei 3071) considera os índios como incapazes "relativamente a certos atos ou maneiras de os praticar, como os maiores de 16 anos e menores de 21 anos" sujeitando-os ao regime tutelar estabelecido em leis e regulamentos especiais.
- 1918. A lei 3454, de 6 de janeiro, desmembra do SPI a parte relacionada aos trabalhadores nacionais, que passou à competência do Serviço Nacional de Povoamento.
- 1925. Projeto de Lei apresentado à Câmara Federal propondo a extinção do SPI e a passagem para os Estados da jurisdição sobre os índios. Foi rejeitado, graças à defesa do deputado Basilio de Magalhães, apoiado por Rondon.
- 1928. Pelo Decr. 5484 de 27 de junho é regulamentada a situação dos índios nascidos no territorio nacional no sentido de emancipá-los de toda tutela orfanológica; os não inteiramente adaptados passaram a ser tutelados do Estado.
- 1930. Crise no SPI. Pelo decreto 19433 de 26 de novembro, passou a pertencer ao Ministério do Trabalho recém-criado.
- 1934. Pelo decreto 24700 de 12 de junho, foi transferido para o Ministério da Guerra, Departamento Especial de Fronteiras.
- 1936. O Decr. 736 de 6 de abril, aprova novo regulamento do SPI, contendo vários acréscimos. Além da proteção, também determina a aplicação de programas no sentido de promover a nacionalização dos índios.

1938. Com a reorganização do Ministério da Guerra, o SPI deixa de ser enquadrado entre seus departamentos.
1939. Pelo Dec. 1736, de 3 de novembro, volta ao Ministério da Agricultura. Foi também criado o Conselho de Proteção aos Índios, pelo Dec. 1794, de 22 de novembro, sem função executiva, destinado aos estudos relacionados com a assistência e proteção aos silvícolas, seus costumes e línguas. Para presidente foi designado o General Rondon.
1941. Encaminhado pelo Itamarati um projeto enviado pelo embaixador brasileiro no Vaticano, pelo qual as Missões ficariam sujeitas à jurisdição ordinária de Prefeitos Apostólicos e Prelados, concedendo-lhes o Governo terras para a manutenção de seus índios. O SPI e o CNPI manifestaram-se desfavoravelmente e foram suspensas as negociações.
1942. Aprovado outro regimento para o SPI pelo dec. 10642 de 16 de outubro. Não mais determina, como o anterior, a aplicação de medidas para a incorporação dos índios à sociedade brasileira de modo incisivo, mas recomenda que lhes fosse incutida a idéia de que faziam parte da nação brasileira, prestigiando ao mesmo tempo suas próprias tradições e mantendo neles bem vivo o orgulho de sua raça e tribu. Sem qualquer repercussão, é elaborado por José Maria de Paula um ante-projeto visando a regulamentação das terras indígenas, com base no Artº154 da Constituição Federal de 1937.
1947. Após vários anos de intenso trabalho, é efetuada a pacificação dos índios Xavante por Francisco Meirelles.
1951. Assume a direção do SPI Jose Maria da Gama Malcher. Pela primeira vez o órgão passa a contar com uma equipe composta de antropólogos, médicos e técnicos em educação.
1952. Intensificam-se os conflitos armados entre índios e frentes pioneiras na região sul do Pará - Tocantins e Xingú.
1953. A 2a. Inspeção Regional do Pará (Inspetor Martins Fontes) realiza a atração dos Akuawa-Asurini, no igarapé Trocará (Tocantins); são iniciados os contatos pacíficos com os Parakanan - Estrada de Ferro do Tocantins. Mas o SPI enfrenta dificuldades por falta de verbas.
1954. José Maria Malcher deixa a direção do SPI e a equipe por ele formada dissolve-se logo em seguida. Não foi sancionado um projeto enviado pelo SPI sobre a regulamentação das áreas indígenas.
1956. Derrocada final do SPI, que passa a ser considerado um órgão com implicações políticas sob o controle do PTB.
- 1957-1960. Vários bandos de Kaiapó foram pacificados na região sul do Pará, entre o Xingú e o Tapajós, pela 2a. Inspeção Regional (Francisco Meirelles).
1961. Criado o Parque Nacional do Xingú pelo Dec. 50455 de 14 de abril, e pelo Dec. 51084, de 31 de julho. Igualmente, 9 reservas florestais, respeitando-se as terras indígenas aí situadas (Decretos 50024 a 51030; 51042 a 51043 de 25 de julho de 1961).
1963. Aprovados novos regimentos para o SPI e CNPI pelos Decretos 52665 e 52668 de 11 de novembro. Ao CNPI foi conferida função normativa, ficando a parte executiva com o SPI. Na prática nada ocorreu, pois o CNPI não foi reestruturado para exercer sua nova função.
1966. Pela portaria 84, de 18 de fevereiro, foi designado um grupo de trabalho visando a extinção do SPI e a criação da Fundação Indigenista Brasileira. Com a exoneração do diretor do SPI, os trabalhos foram suspensos.
1967. Pela Lei 5371 de 5 de dezembro é extinto o SPI, surgindo em seu lugar a FUNAI.

- 1968. Aprovado o estatuto da FUNAI pelo Dec.62196, de 31 de janeiro, recomendando a "aculturação espontanea" do índio, sem-mudanças bruscas.
- 1970. Pelas portarias 337 e 340, de 2 e 4 de setembro, criação de um grupo de trabalho para assessorar a FUNAI no seu esforço de atração e pacificação ao longo da Transamazonica. Em Outubro, foi submetido ao Congresso Nacional o Projeto sobre o Estatuto do Índio, decalcado nas disposições contidas na convenção 107 ocorrida em Genebra em 1957.
- 1972. Realiza-se em Brasília o VII Congresso Indigenista Interamericano.
- 1973. Realiza-se, em novembro, o 1º Seminário FUNAI/Missões Religiosas. Pela Lei 6001 de 1º de dezembro, é aprovado o Estatuto do Índio, contendo 68 Artigos.

QUESTÕES DEBATIDAS EM GRUPO

Assunto: Política Indigenista Oficial:
INSTITUTO do Índio:

- (1) - Como evoluiu historicamente ?
- (2) - Como se coloca atualmente?
- (3) - Que problemas apresenta?

Divisão de tarefa:

Grupo 1: Títulos I e II: Dos Princípios e Definições/
Dos Direitos Cívís e Políticos

Grupo 2: Título III: Das Terras dos Índios

Grupo 3: Título IV: Dos Bens e Renda do Patrimônio Indígena

Grupo 4: Título V: Da Educação, Cultura e Saúde

Grupo 5: Título VI: Das Normas Penais.

TEMA 5: PROBLEMAS DECORRENTES DA FRICÇÃO INTERÉTNICA
E A PROBLEMÁTICA DA INTEGRAÇÃO:

São dois problemas: Contato conflituoso e integração.

- Tentamos uma solução porque não é o trabalho científico que resolve
- A teoria precisa da prática e a prática é utilíssima, mas sem estudo ela pode levar a dificuldades e erros muito grandes. Assim teoria e prática não podem viver desligadas.

- O Processo de Conhecimento-

- Erroneamente aconteceu de considerar todo processo dos povos primitivos como manifestação de superstição ou mais coisas semelhantes. Assim também a ciência veio menosprezando tudo aquilo que dirige a vida dos primitivos sem admitir conhecimento algum neles.

- Historicamente, olhando atrás, temos que reconhecer, o Conhecimento nunca houve desvinculado da prática, como a prática sempre dirige-se pelo conhecimento. Nunca houve só conhecimento teórico e sim conhecimento prático.

- A teorização veio somente muito adiante no progresso.

- E ainda "conhecimento só pelo conhecimento", é para desconfiar.

- No desenvolvimento histórico, o conhecimento deu salto quando criou-se a linguagem escrita.

- A linguagem escrita controla, aperfeiçoa, acumula, preserva e transmite.... mas justamente com isso a sociedade se divide e o conhecimento se centraliza na classe do conhecimento e classe da prática: estudiosos e trabalhadores quase sem relações.

- Criou-se a sociedade não igualitária.

- Igualitária: onde o trabalho é para o sustento e todos passam pela mesma vida "crianças, jovens e velhos".

- Não igualitária: onde se promove o excedente que vai para o capital (ou para quem não trabalha).

O valor do trabalho é dividido para dois: o produtor e o capitalista.

- A linguagem escrita continua e aperfeiçoa o conhecimento que se divulga, mas não transpõe muito e continua a centralização:

- O conhecimento se torna mais difícil, hermético e complexo..... só para os especialistas da matéria.

Ao mesmo tempo vem, pela especialização, a segmentação do conhecimento em várias disciplinas particulares. Até os nossos dias em que o conhecimento é só para uma elite, é atomizado e muitas vezes encerrado em si e inútil "conhecimento pelo conhecimento". Além disso vem a realidade catastrófica em que se criam excessos.... e precisa-se criar mais produtos para recuperar e consertar os estragos do conhecimento anterior.

- Maneira de fazer Ciência (de Conhecimento)

O talismã mágico para fazer ciência, para construir o conhecimento é o "Método": conjunto de regras que garantem o resultado do conhecimento". Atenção, porém, porque o método pode enganar muito.

Precisa sempre testar com a realidade particular e ver a situação do estudo, as relações com as demais circunstâncias anteriores e

posteriores. Precisa também considerar o pensador que vem da sociedade, da classe e só pode ver o mundo desde um ângulo particular, de um lado só.

Não podemos esquecer a relação: pensamento e objeto, através de um sujeito limitado por sua estrutura... por isso as ciências sempre são limitadas.

A pesar disso não podemos rejeitar tudo e sim tratar com cuidado utilizando as propostas, sempre com uma visão global.

Ex.: colono x índio = o conflito fundamental não é o que parece e sim o sistema capitalista, etc....

A Antropologia

Dentro de tal conceito situa-se a Antropologia. Como se desenvolveu. A sistematização da Antropologia começa no século XIX na Inglaterra, e foi a serviço do colonialismo.

Na época justamente o Evolucionismo dita leis: "Tudo evolue, se altera, muda." Justifica-se como o próprio Darwin vem considerado processo natural de evolução. Sem uma teoria da história, os métodos podiam ser livres, tudo justificado a serviço da evolução.

As críticas foram só parciais, a missionários, a colonos e comerciantes, sem uma visão global do sistema evolucionista.

Assim a análise científica não foi aceita. Estuda-se cultura para ver a evolução. Usa-se o método funcionalista.

Malinowski é o teórico do funcionalismo. A dominação é tranquilamente admitida ou pede-se para que aconteça sem muita dor, e sempre busca-se a evolução e estuda-se a melhor política de aculturação.

Podemos achar o mesmo defeito no indigenismo de hoje.

Consequentemente rejeitou-se a teoria da história que é conjunto de estilos de vida e relativismo cultural.

As consequências são tristes, permitindo ou silenciando horrores no encontro das culturas.

O problema fica sempre o encontro das culturas.

As soluções são do:

- Evolucionismo: " a cultura pode mudar por forças internas."
- Funcionalismo: " a cultura pode mudar por dinâmica externa."

O processo pode ser doloroso, deve ser amenizado pela Antropologia que deveria justamente ser para isso.

Na prática promove-se:

- (1) o Processo de Aculturação: encontro das culturas e troca recíproca de elementos culturais, inevitável, acontece além de qualquer dificuldade.
- (2) a Mudança Social (ou processo de M.S.): que é troca de experiência nos vários níveis institucionais.
- (3) A Mudança Política (ou emancipação política): Dallandier, o teórico.

Tudo vem do princípio Metrôpole x Colônia, em que a metrôpole, basicamente, tem o monopólio econômico, político, religioso, cultural... Então a separação política, romendo os laços, separando, leva para dentro da colônia livre os mesmos defeitos continuando o problema entre as etnias da mesma colônia ou entre classes. Ex.: os países recém-independentes!!!!

A mesma dominação se reproduz: Fricção interétnica de frentes pioneiras e indígenas e conflitos de culturas.

Para traduzir os conceitos desta realidade, precisamos fazer:

- Análise do potencial de integração.
- Contradição fundamental.

Conceito de Cultura

O homem transformando a natureza. Toda sociedade produz (capitalista, feudal, tribal) e tem sempre uma unidade geral.

Toda sociedade produz excedente.

Pode haver um excedente necessário e um excedente absoluto.

O destino do excedente define a sociedade.

- Sistema doméstico: Nas sociedades indígenas o excedente é sempre aproveitado coletivamente por:

- mecanismos de reciprocidade generalizada: (irmãos) consanguíneos, onde o parentesco regula;

- mecanismos de reciprocidade equilibrada, onde as coisas são equilibradas pelas convenções amistosas (aldeia para aldeia).

O sistema doméstico das sociedades primitivas não tem mecanismos econômicos mas somente ideológicos.

- Sistema Capitalista (ou: como o excedente é aproveitada nas sociedades capitalistas): O excedente vai para o capitalista e entre o poder do estado que garante a relação entre o necessário e o excedente.

A garantia entre necessário e excedente pode-se fundamentar na opressão (ser mantida) ou por mecanismos ideológicos...

Hoje custa menos usar ideologias que justificam a apropriação do excedente.

Não existe modo de produção tribal ou capitalista em abstrato, segundo as regras, perfeito e bem diferenciado.

Meillassoux: explica o sistema capitalista baseando o seu estudo no sistema médio econômico agrícola (que é o mais prático e simples) deixando os sistemas que menos produzem.

Sistema Capitalista

- A realidade é, na base: Produtores x pessoas que não produzem.

Os que produzem, direta ou indiretamente.

Todo processo explicativo parte disso.

Temos: crianças, adultos, velhos e ancestrais.

- Emprego da produção:

(1) parte para reprodução

(2) parte para atividade social

(3) parte para reconstrução das energias dos produtores:

D

reconstrução de futuros produtores :

A

manutenção dos antigos produtores :

C

e, tomando

A

 = consumo;

B

 = produção, teríamos:

A

 = consumo crianças

B

 = consumo produtor

C

 = consumo velhos

C

 é importante para a parte social(2) e somente pode-se falar de

B

.

Quando $A+B+C$, teremos reprodução simples.

Quando $B > (A+B+C)$ termos reprodução ampliada ou maior.

Assim, tomando:

Y = número de velhos que podem ser mantidos por um produtor;

X = número de crianças que podem ser mantidas por um produtor;

e também:

0

 = geração dos jovens

1

 = geração dos adultos

2

 = geração dos velhos,

assim a produção vitalícia de um produtor deveria ser:

$$\frac{B}{1} = \frac{B}{11} + \frac{Y \cdot C}{12} + \frac{X \cdot A}{10}$$

Assim o consumo vitalício seria:

$$\begin{array}{rcccl} 2A & + & 2B & + & 2C \\ 21 & & 11 & & 01 \end{array}$$

E este é o equilíbrio que o colonialismo quebra.

O excedente será justamente o que excede este equilíbrio.

Para que haja excedente precisa umas condições favoráveis e durante um tempo suficientemente grande (uma geração completa).

Comer dá energias. Agora, como usar as energias, será o segredo que explica o capitalismo, etc...

Então, vemos:

E = energias

E_b = Energias para recuperar (AB)

E_i = Energias para reconstrução dos meios ou instrumentos de produção

E_d = Energias para atividades sociais(C)

E_r = Energias saldo para enriquecimento cultural, demográfico, etc.(o excedente).

- Conseqüências: Quando gasto mais num setor, diminue o recurso para outros.

Históricamente as energias de sobre (o excedente), em vez de serem redistribuídas, criaram a diferença de classe, ficando só com alguns.

E_r deveria ser coletivo... Como? Ainda não foi descoberto.

O produtor deve:

restituir à comunidade = $\frac{A}{21}$

adiantar à comunidade $\frac{C}{01}$

produzir para a comunidade $\frac{B}{1}$

O saldo é Progresso (porém só se for constante de 3 gerações).

Tudo isto nunca se realiza em abstrato, teórico, perfeito, ... mas na realidade concreta tudo é limitado e imperfeito.

Única possibilidade é partir pelas coisa mais importantes, servindo-se das forças que sempre tem... e acreditar num futuro melhor.

Quais foram as tendências que levaram ao processo de expansão da situação capitalista?

No século XVI, na Europa, desenvolveu-se o processo de formação capitalista: essas eram as regras a seguir, para conseguir isto:

- (1) apropriação das fontes produtivas: terra, minérios e outras
- (2) liberação de forças de trabalho (eliminação da economia doméstica;
- (3) economia do mercado (tendo já o domínio das riquezas do solo e a força de trabalho)
- (4) separação agricultura x artesanato.

Desde o início foi violenta a luta para a apropriação violenta dos bens, a necessidade foi tão forte e premente que a expropriação é direta e não sobrou nada para o aspecto humano.

A tendência do sistema era destruir os modos de produção não capitalista, e cada nova geração colonialista constante levava os grupos indígenas à desagregação, destruindo-os.

Mais difícil era fazer participar da economia do mercado.

Como introduzir a economia?

Abrindo frentes de comunicação: estradas, ferrovias, etc., que, além de abrir a economia do mercado, vai satisfazer a economia imediata.

Os colonos são os primos pobres do sistema capitalista; uma vez instalada a infraestrutura, começa a perspectiva capitalista.

Tudo isto é uma tendência em geral.

Do outro lado, nós assistimos a um agir que parece proteger o sistema doméstico A B C :

recrutando produtores pode aumentar a produção de venda, quebra-se a solidariedade do A.P.D. (mercado de produção doméstica), desequilibrando o grupo.

Análise feita na África, do C.P.P.S.C. (= Contrato de força de trabalho do sistema capitalista).

Observação: Da seguinte foi lido e deletado em parte o trecho de Bonfili:
"Inigêria, Dialética y Conciencia Etica."
Após o mesmo retrospecto, foi lido e deletado mais um trecho de Molaseo.

TEMA 6: MODELO DE DESENVOLVIMENTO:

A) SITUAÇÃO DOS CAMPEONESES E PROBLEMATICA DA OCUPAÇÃO DA TERRA.

A meta do Estatuto da Terra era a de fixar o homem à terra. Treze anos após a criação desse documento, que definiu o código agrário brasileiro, essa meta não foi alcançada e está mais afastada do que em 1964. E seu órgão executor, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, não parece em condições de transformar o Estatuto em realidade.

Não fazô ia, o que se vê é a definição de uma situação contrária aos princípios e aspirações do Estatuto, conforme os dados levantados no recadastramento do INCRA, os mais exatos de que se dispõe para analisar a estrutura agrária da região.

1) Os latifúndios improdutivos não diminuíram e, ao contrário, multiplicam-se, polarizando ainda mais a estrutura da posse da terra.

2) Raras empresas rurais foram constituídas.

3) O minifúndio se consolida, inclusive como decorrência de uma política de titulação equivocada que o INCRA vem adotando.

4) A capacidade do governo de organizar projetos de colonização para absorver a população camponesa, sem terra diminuiu muito, enquanto os projetos já existentes tornam-se cada vez mais impotentes para melhorar as condições sócio-econômicas de seus parcelheiros.

5) Enquanto os PIC's definham, o governo dá prioridade aos planos de alienação de terras através de concorrência pública, em módulos de 500 a três mil hectares. Esse processo, ao qual os colonos e pequenos proprietários rurais não têm acesso, de um lado impedem a expansão - inclusive física - dos projetos de colonização, tomando-lhe terras, e de outro lado, facilitam a formação de médias e grandes propriedades, algumas especulativas, já que o INCRA não pode controlar a compra de vários lotes por uma só pessoa ou empresa.

6) Está sendo dado todo o apoio à grande propriedade rural, não apenas para que ela incorpore novas e extensas áreas de terra, mas também para que regularize sua situação jurídica, muitas vezes edificada não exatamente sobre irregularidades ou sim por ilegalidades.

7) Abandona-se as culturas alimentares para concentrar o crédito e a assistência técnica às culturas comerciais de exportação. Como consequência, a Amazônia começa a se acostumar a importar cada vez mais alimentos, de alguns dos quais ela própria se abastecia (como aconteceu no ano passado com o Acre, obrigado a importar farinha do mandioca); na relação de troca entre os produtos que exporta e os que importa, a Amazônia perde cada vez mais dinheiro e, segundo estimativas da Fundação Getúlio Vargas, seu deficit acumulado em cinco anos, até 1972, era de um bilhão de cruzeiros; como essas culturas exigem grandes extensões de terra, tecnologia mais avançada e capital acumulado; a presença das grandes empresas se solidifica, enquanto vão perdendo substância os pequenos proprietários.

8) Sendo o avalista do atual processo de ocupação econômica da Amazônia, que desencadeou e deu sentido lógico através de planos, projetos e programas, o governo abdicou de impôr às frentes pioneiras constituídas sob favores oficiais a - digamos assim - ética do Estado. O Estado tem uma visão mais coletiva e social, com maior vocação à disseminação dos benefícios. Porém na Amazônia o Estado abdicou de exigir o cumprimento desses princípios e deixou que a busca do lucro fácil contaminasse tudo e inclusive se sobrepusesse às exigências da Nação. Não é por outro motivo que nas selvas da Amazônia se instala um capitalismo selvagem, refratário aos custos sociais do desenvolvimento, raciocinando apenas em termos puramen

te comerciais, quando não especulativos de capital. É, portanto, um capitalismo predatório, que se serve do Estado e cria terríveis problemas, que ao Estado cumpre resolver, com enorme ônus.

9) Numa época particularmente inflacionada, a busca à terra deixou de ser considerada como um instrumento do desenvolvimento rural, da produção de alimentos, da utilização racional dos recursos naturais, para se transformar na maioria dos casos num mero negócio imobiliário, numa alta jogada financeira, num procedimento especulativo. As próprias leis clássicas da economia não podem ser percebidas sob certos procedimentos empresariais. Um exemplo concreto ilustra melhor essa afirmativa: um advogado em Belém recebeu a ordem de encontrar uma área de terras livres onde de certo grupo econômico paulista aplicaria seis milhões de cruzeiros.

Não interessava a localização da área, as potencialidades da terra, as condições de mercado. O grupo queria apenas encontrar um negócio que justificasse tributariamente seis milhões de cruzeiros ganhos não muito religiosos etc. Dessa forma, muitas vezes é equivocado tentar analisar determinados empreendimentos que surgem na Amazônia apenas sob o prisma da racionalidade, da lógica ou das próprias leis de mercado. A especulação não tem lógica nem coerência interna. Ela visa apenas ao lucro fácil e imediato, nem que ele custe algumas vidas e a destruição da natureza.

10) Nesse aspecto, é preciso distinguir o que é ideológico do que efetivamente é real na Amazônia. Temos visto e lido projetos particulares de colonização bastante interessantes, alguns de proposições grandiosas, mas na prática esse projeto é utilizado apenas como cortina de fumaça para esconder uma negociação e, os colonos, como um tênue aval para a apropriação de grandes áreas com o apoio do crédito oficial.

Na Amazônia vive-se, assim, o anti-ato da criação e o ante-ato da destruição. No meio rural domina o bandido, remetido pelo mocinho que, ao longe, assiste tranquilo os entreveros na convicção de que a ordem só poderá ser construída com os ossos da destruição. Um certo ministro da Fazenda, inspirado na história do oeste norte-americano, chegou a dar contornos de teoria a essa fantasia desastrosa. Ela é responsável pela desorganização do meio rural, onde prevalece literalmente a lei da selva, a seleção natural das espécies que Darwin não assinaria. E do campo partem levadas de migrantes no rumo das precárias cidades da Amazônia, cada vez mais caóticas, cada vez mais explosivas. Criados os problemas pelo bandido, o Estado é obrigado a surgir como o gendarme, em cuja condição não pode ser o distribuidor da paz e da justiça, embora seja esta sua vocação numa Amazônia ainda aberta aos sonhos de progresso e aos pesadelos da destruição. Vivendo neste decisivo momento de transição, cabe-nos decidir que legado transmitiremos às gerações que nos sucederem na tarefa de demonstrar que o homem não é incompatível à natureza, nem ao próprio homem.

Não quero, entretanto, que esta exposição se caracterize por uma manifestação de protesto sincera porém apenas lírica ou simplesmente genérica; é necessário unir essa teoria aos números que lhe dão alimento.

Afirmo que o governo não cumpriu ainda o principal compromisso que assumiu com a Nação ao dar-lhe o Estatuto da Terra: destinar terra aos que dela precisam para sobreviver, alimentar aos demais e contribuir para o progresso e a independência econômica do País. No Pará, onde tem sido mais intensa a ação das frentes pioneiras, a estrutura fundiária torna-se cada vez mais polarizada e fechada, mostrando uma predominância numérica dos minifúndios e pequenas propriedades, mas um esmagador controle de áreas por grandes propriedades. Em 1970, 132 imóveis com áreas de menos de 10 a menos de 100 hectares ocupavam 2 milhões de hectares, enquanto 81 imóveis, com áreas de 10 mil a mais hectares, ocupavam 3,7 milhões de hectares.

Esses dados, do censo agropecuário do IBGE, foram confirmados pelo recadastramento do INCRA de 1972 e praticamente se repetem, com pequenas variações numéricas, em todas as demais regiões amazônicas. Já foram muito citados e são suficientemente conhecidos para que volte a repetí-los. Gostaria de destacar, contudo, algumas interpretações a partir desses números.

O censo de 1940 mostra que 50 mil dos 58 mil imóveis então existentes no Pará tinham de menos de 10 a menos de 100 hectares. Na década seguinte essa participação aumentou (dos 60 mil imóveis, 55 mil estavam nessa faixa) e chegou a 1970 com uma situação proporcionalmente inalterada: dos 140 mil imóveis, 132 mil tinham menos de 100 hectares, embora ocupando apenas 2,2 dos 10 milhões de hectares de terras com ocupação declarada no Estado.

Nesta faixa de menos de 100 hectares nota-se que as propriedades é ainda mais acentuado, pois 50 mil imóveis tinham menos de cinco hectares. Esse dado, por si só, já é suficiente para acentuarmos a solidificação do minifundiário. Mas juntar-se a outros dados pode-se chegar a outras constatações importantes.

O Censo do IBGE demonstra também uma participação cada vez mais acentuada do ocupante de terras, isto é, aquele que não tem situação jurídica constituída, não é proprietário da área que ocupa e explora. Em 1920 a figura do ocupante nem era registrada pelo Censo, mas subiu rapidamente desde então: em 1940 o ocupante representava 14% dos produtores rurais do Pará, 26,5% na década seguinte, 35% em 1960 e 43% em 1970, superando a categoria dos proprietários (havia então 65 mil ocupantes e 62 mil proprietários, além de 10 mil arrendatários e quatro mil "administradores"). É bom notar que, em 1940, dos 58 mil produtores rurais, 36.500 eram proprietários. Por si só, esses dados podem indicar que:

- 1) Está ocorrendo uma expansão da fronteira agrícola do Estado.
- 2) Existem grandes áreas não exploradas por seus proprietários ou que estão devolutas.
- 3) Expande-se a indústria da grilagem.
- 4) É cada vez maior o poder de atração das terras da Amazônia sobre colonos de outras regiões.
- 5) É insuficiente e irregular a expedição de títulos de terra.

Além de tudo isso, os dois conjuntos de dados indicam que a maior parte das invasões de terra não tem fim especulativo: os posseiros (falo de posseiros e não de grileiros) entram em determinadas áreas apenas em busca de subsistência ou porque são expulsos de suas posses anteriores, frequentemente porque essas posses foram subitamente valorizadas. Isso não quer dizer que não há grilagem, mas serve justamente para caracterizá-la com precisão: embora em menor número, a grilagem visa no entanto áreas maiores.

É bom notar também que já entre 1960/70 era possível notar o incremento da grande propriedade latifundiária: o número de imóveis com 100 mil e mais hectares passou de um para sete; os de 10 mil a menos de 100 mil mais do que dobraram, de 32 para 74, assim como os de cinco mil a menos de 10 mil hectares passaram de 50 para 117. No outro extremo, as propriedades com menos de 10 mil hectares também quase dobraram: de 35 mil para 67.500 imóveis. Isso pode atestar uma tese no momento de difícil comprovação: de que a expansão dos latifúndios é feita sobre terras que já eram cultivadas por pequenos ocupantes. Expulsos, eles se dirigem para terras devolutas, que não por coincidência, representando menos de 0,2% dos imóveis existentes em 1920, passaram a representar 33% em 1970. Dos dois milhões de hectares que estavam sendo explorados por ocupantes, 1,5 milhão de hectares situavam-se em áreas de entidades públicas. Mas se é expulso das áreas ocupadas por particulares e, buscando as terras devolutas, nelas não encontra amparo, o ocupante fica numa situação trágica; pressionado, reage. Uma parte dos conflitos pode ser explicada dessa maneira. O posseiro vira um errante.

Já existem áreas particularmente ingratas para ele. O sul do Pará, onde se instalam grandes fazendas que recebem recursos públicos através da política de incentivos fiscais (que sempre representando 75% dos investimentos necessários), é uma das áreas que funciona como fator de expulsão de mão de obra, que acaba se agregando nos precários povoados de beira de estrada ou busca as áreas alagadas que cercam Belém como um cordão de miséria em torno de centros altamente urbanizados. Uma pesquisa realizada no ano passado por técnicos da Universidade Federal de Minas Gerais e publicada pela SUDAM em dois volumes ("Migrações Internas - Região

Norte"), reconhece que "do ponto de vista imediato de absorção e criação de mão de obra, assim como do aumento da densidade demográfica," a importância dos projetos agropecuários aprovados pela própria SUDAM "é praticamente nula."

Utilizando dados de 1969, os técnicos constatavam que os 57 projetos agropecuários aprovados para o Pará criariam apenas 2.377 empregos, apesar de ocuparem uma área de dois milhões e meio de hectares (um empregado para cada 1.083 hectares, aproximadamente). A situação em toda a Amazônia Legal não se alterou desde então. Dados da SUDAM do ano passado mostram que os 335 projetos agropecuários aprovados até então criarão 16.879 empregos, utilizando uma área de 7,8 milhões de hectares. Em 1974, cada emprego criado por esses projetos custaria 195 mil cruzeiros, mas em 1976 a relação capital/emprego já subira para 312 mil cruzeiros, um preço considerado excessivamente alto.

Baseados em dados semelhantes, técnicos da UFMG concluíam que "o custo social da implantação indiscriminada de grandes projetos agropecuários, que não sejam analisados considerando todas as implicações para a ocupação econômica e demográfica da região, será extremamente elevada." Acrescentava ainda o estudo que, "dentro de uma perspectiva de ocupação populacional, considerando-se a baixíssima incorporação de trabalhadores e a necessidade ampla de terras férteis, a pecuária, se não busca uma combinação com outras formas de atividade agrícola, parece fadada a ser fonte de expulsão de trabalhadores agrícolas."

Porém a saída desses trabalhadores, agravada pela concentração da propriedade da terra e sua má utilização, se realiza mais intensamente na direção das cidades, sobretudo Belém, onde eles se instalam nos bairros pobres como subempregados. A pesquisa constatou que 55% do fluxo migratório na região norte é constituído por imigrantes que têm destino urbano e saíram do próprio Estado.

Essa situação tem levado setores do próprio governo a questionar o valor desses projetos agropecuários para uma boa ocupação da Amazônia: eles absorvem muitos recursos (quase quatro bilhões de cruzeiros de incentivos fiscais, fora as operações do PROTERRA), criam poucos empregos (quando o desemprego é um dos principais problemas da Amazônia), ocupam terras que poderiam estar sendo utilizadas para a agricultura, derrubam árvores que deveriam estar sendo exploradas racionalmente e provocam a expulsão do ocupante tradicional, além de serem responsáveis por um dos maiores contingentes de população flutuante do país: aproximadamente 500 mil trabalhadores, do Maranhão, Pará e Piauí, principalmente, que todos os anos são contratados durante seis meses para realizar desmatamentos nas terras das fazendas e depois são sumariamente despedidos.

Além disso, raros desses projetos, 12 anos depois de ter sido aprovado o primeiro, da CODESPAR, conseguiram implantar-se, abandonando a transfusão de dinheiro público através dos incentivos fiscais. Vários técnicos governamentais já pediram que fosse estabelecido um prazo rígido para a emancipação desses projetos, mas recentemente o Conselho Deliberativo da SUDAM recebeu novamente o projeto da Suiá Missu, hoje de propriedade do grupo LIQUIFARM, a maior fazenda da área da SUDAM, com 650 mil hectares, no norte de Mato Grosso. Aprovado pela primeira vez em 1966, o projeto já sofreu várias reformulações mas continua recebendo incentivo.

As próprias estatísticas do INCRA DEMONSTRAM: se o governo pretende ocupar a Amazônia através da grande empresa, não deve esperar um desenvolvimento rural mais intenso porque essas propriedades, ocupando grandes áreas, não a desenvolvem na mesma intensidade. Assim, embora o grande projeto agropecuário continue sendo o mais beneficiado, seus rendimentos para a Amazônia ainda não foram sentidos.

As pequenas propriedades dedicadas à pecuária (15 mil com menos de 100 hectares na Amazônia) conseguem criar um maior número de animais numa área menor. Nos seus 130 mil hectares de pastagem existiam em 1972 mais de 172 mil cabeças de gado, cada hectare ocupando 1,3 deles, enquanto nos 2,1 milhões de hectares das 9.500 propriedades com áreas entre 10 e 100 mil hectares a proporção era de um animal para cada 2,9 hectares. A grande propriedade tem ainda o inconveniente da monocultura: enquanto nos 130

mil hectares ocupados pelas pequenas propriedades havia 150 mil equinos, muares, suínos e caprinos, nos 938 mil hectares das 1.771 fazendas com área superior a 10 mil hectares existem apenas 161 mil desses animais.

Uma análise da produção agrícola reforça essa constatação. Enquanto nos 1,4 milhões de hectares ocupados pelos imóveis com área inferior a 500 hectares a produção agrícola atingiu, em 1972, segundo o recadastramento do INCRA, 258 milhões de cruzeiros, nos 5,3 milhões de hectares ocupados pelas propriedades com área entre 500 e menos de 10 mil hectares, o valor da produção foi de 117 milhões de cruzeiros e, finalmente, nos 3,8 milhões de hectares ocupados pelas grandes propriedades (acima de 10 mil hectares), a produção atingiu apenas 42 milhões de cruzeiros.

As pequenas propriedades em conjunto não apenas produzem mais: elas também colocam maior volume de produtos no mercado. Assim, enquanto venderam uma produção no valor de 103 milhões de cruzeiros, as propriedades entre 500 e menos de 10 mil hectares só comercializaram 48 milhões e as grandes propriedades ficaram em 18,5 milhões. Isso significa que, ao contrário da noção geralmente aceita, as pequenas unidades conseguem produzir um excedente agrícola em relação ao seu próprio consumo muito superior ao das médias e grandes propriedades, tornando-se em consequência as principais responsáveis pelo abastecimento de alimentos dos centros urbanos.

Outro resultado surpreendente do recadastramento feito pelo INCRA indica que o valor da produção dos imóveis rurais com apenas uma família residente supera o dos imóveis de pessoas jurídicas, em geral assistidos com recursos oficiais maciços. As empresas, ocupando uma área de 1,8 milhões de hectares, produziram 65 milhões de cruzeiros, enquanto as unidades familiares, numa área de 1,1 milhão de hectares, produziram 79 milhões de cruzeiros (entre as unidades familiares predominam as que possuem áreas inferiores a 500 hectares).

A pesar desses resultados, a grande propriedade se expande. Só as fazendas Novo Oeste, do Bradoco, e a Califórnia, da Coopersucar, ocupam 1,1 milhão de hectares no município acreano de Feijó, que tem uma área de 1,9 milhão de hectares. E dos seus 6.720.000 hectares, o município paraense de Almeirim tem apenas 4.356 hectares, justamente a légua quadrada que constitui o perímetro urbano. Toda a área restante foi ocupada pela Jarí.

Para essa situação o secretário de Planejamento do Mato Grosso, Bento de Souza Porto, tem uma definição: trata-se da ressurreição das capitânicas hereditárias. Na Amazônia, na verdade, é o que tem ocorrido. Mesmo que lhe desagrade essa constatação, o governo não pode deixar de perceber que caminha numa direção completamente contrária à delineada pelo Estatuto da Terra.

NB: tirado do relatório apresentado na CPI da Terra, em Brasília.
Em ANEXO, ver quadros

b) O MODELO DE DESENVOLVIMENTO ATUAL:

Conceitos preliminares:

- Elementos do modelo e suas posições relativas e suas funções.
- Interligações - contradições.
- Perigos do modelo: Um instrumento de:
 - análise : perigo de reduzir toda a realidade com suas variantes, ao modelo.
 - ação
 - legitimação

Antecedentes históricos:

- Até 1930: Sistema agrário mercantil - modelo- primário
 - exportador
 - dependente
 - periférico

1930 - Implantação da industrialização - capitalismo industrial

Depois de 1930 - Processo de industrialização através da acumulação de capital financeiro fixo

- Criação do excedente
- Estímulo ao ciclo de oferta- demanda

O Modelo Econômico Brasileiro

- montou-se a partir de um "decisão" de crescimento - decisão tomada extra-nacionalmente.

- a) via: industrialização acelerada
- b) através de acumulação de capital intensa
 - montagem da infraestrutura
 - capital produtivo

1930/40

- Substituição de importações de bens de consumo corrente

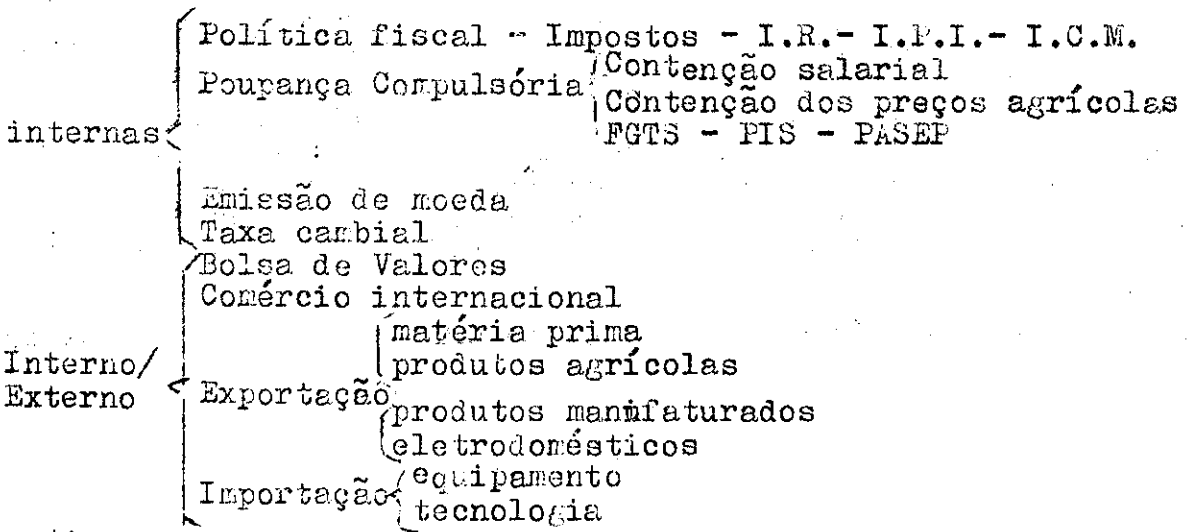
1940/55

- Substituição de bens intermediários - aço, petróleo (Bens de consumo duráveis - automóveis, eletrodomésticos)

1955

- Substituição de importações de bens de produção (tentativa infrutífera, tendo em vista a lógica interna do modelo) A tecnologia para a fabricação de bens de produção é monopolizada pelas "nações desenvolvidas".

- c) importação de equipamentos
- d) garantidos por fontes externas:
 - investimentos internos
 - financiamentos:
 - privados
 - públicos:
 - nacionais
 - internacionais



- e) implica em um tipo
 - de consumo incentivado através de (propaganda crédito)
 - de mercado
 - de concentração industrial
 - de distribuição de renda

NOTA: Politicamente:
 1930-64: estado populista
 1964---: estado tecnocrático autoritário.

TEMA 7: PRESENÇA DA IGREJA JUNTO ÀS POPULAÇÕES INDÍGENAS

a) TEOLOGIA DAS MISSÕES:

Introdução : O Vaticano II , termo de uma renovação teológica e início de uma nova teologia, sob vários aspectos, que aos poucos se vai consolidando. A Igreja que se define em um sentido novo: toma da de posição em face dos desafios do mundo moderno. É importante procurar uma definição clara do ser cristão, em nível de muita simplicidade.

I - O ser cristão. É mais fácil começar por exclusão, analisando o que não define o cristão:

- não se é cristão por atavismo;
- nem por se adotar um sistema de moral;
- nem por se adotar um sistema filosófico;
- nem por se adotar um sistema de Dogmas;
- nem por se adotar um sistema religioso;
- nem por se adotar um sistema cultural.

Ser cristão é ser discípulo de Cristo, acreditar em Jesus Cristo, vivendo essa fé em comunidade.

II - Cristo Homem-Deus. O humano em Cristo foi objeto de constatação imediata de seus contemporâneos e constitui elemento de nossa fé. A encarnação não é um conceito abstrato mas um processo existencial que não se perfaz num instante teórico mas se estende durante toda a vida de Jesus.

Não levando em conta a humanidade do homem Jesus, corre-se o risco de esvaziá-la diante da divindade que nele reside, tornando-a mais um preconceito do que um elemento de fé.

A Cristologia clássica transferiu para Jesus os atributos metafísicos da divindade, dificultando a compreensão de sua realidade histórica.

Cumpra situar Jesus Cristo dentro da História:

- história de um povo, portador da promessa da aliança;
- um povo que caminhava no tempo, atravessando várias instâncias culturais;
- dentro de uma sociedade estratificada;
- dentro de uma classe;
- dentro de uma nação dominada e oprimida economicamente politicamente ideologicamente

III - Problema da Fé e da crença.

Redução da Fé a um sistema de crenças.

Redução da realidade de Jesus a um sistema de dogmas.

Dialética da mensagem face a um sistema de dogmas.

Dialética da mensagem face à instituição;

comunidade x Igreja

universalidade x universalismo burocrático
eclesial(vivência) x eclesiástico(estrutura)

Trabalho em grupos sobre: 1) Comportamento das missões no passado;

2) Realidade atual;

3) Pistas para o trabalho futur .

ELEMENTOS DE ECLESIOLOGIA.

1. Identidade.

A partir do Concílio, o grande problema que desafia a Igreja é um problema de identidade. Identidade de Jesus Cristo na sua realidade histórica. Identidade do mundo moderno e, em geral, de todos os destinatários da Mensagem. Identidade dos verdadeiros valores evangélicos.

2. A Igreja e o sistema.

A Igreja não ocupa um espaço próprio mas está dentro da sociedade. Como tal, está sujeita aos sistemas sociais. Naturalmente o sistema reserva-lhe um lugar na esfera do ideológico e dela espera legitimação. Pode porém acontecer que, consciente de sua transcendência em relação ao sistema e dotada de uma visão própria do homem, a Igreja se recuse a este papel de legitimadora. E isto pode levá-la a procurar seu espaço fora do sistema, nas vertentes da marginalidade.

3. Hoje, graças aos estudos sociológicos, tem-se mais consciência do processo social, dos elementos de externalização e internalização. Se é verdade, como diz o Sinodo de 68, que o sistema quer fazer os homens à sua imagem e semelhança e seu modelo de homem não se ajusta ao modelo cristão, a Igreja não pode alheiar-se, sob o risco de perder sua identidade.

4. Elementos permanentes da Igreja.

Ao longo de sua História, alguns elementos aparecem como constitutivos da Igreja: a Palavra, o Sacramento e a Diaconia. Se a Palavra deixa de ter ressonância no âmbito do sistema, é preciso procurar recuperá-la. Vazia a Palavra, o Sacramento perde sentido e deixa de ser sinal. A diaconia pode viciar-se de ambiguidades. A recuperação só será possível à margem do sistema, num compromisso efetivo com o Reino que exigirá a concretização em um Mundo Novo. Neste sentido, a caridade terá uma dimensão política.

II. LEITURA DA COMPILAÇÃO DE TEXTOS
SOBRE A MISSÃO.

Dessa leitura, foram ressaltados alguns textos que colocam a distinção entre Fé e Religião. Enfatizou-se o desafio da realidade concreta em que as tribos ou os povos indígenas, em geral, já se encontram afetados no seu universo religioso. Voltou a ser colocado o problema entre Fé e Cultura. Levantou-se igualmente o problema do conteúdo da Fé.

III. ESTUDO DE QUESTÕES LEVANTADAS.

- 1ª - Pode um cristão converter-se e viver a religião do índio, exprimindo nela a sua Fé cristã?
- 2ª - O que significa unidade a nível de fé na diversidade de religião?
- 3ª - É cabível a reformulação de nossas idéias no que diz respeito à religião verdadeira?
- 4ª - Se a Fé cristã está acima das culturas, como será possível encarnar-se em culturas que tenham valores e padrões contraditórios?

Dadas as respostas pelos diversos grupos, seguiu-se um rico debate cujo objetivo foi de esclarecer melhor certos conceitos não dentro de teorias mas em confronto com a realidade.

- 1) No passado : A partir de Constantino, a Igreja se tornou religião oficial, submeteu-se à cultura e tudo o que era "ocidental" era bom e se procurava implantar. O centro de decisões é externo e aparecem situações limites. Em geral as missões foram colonialistas. Aos missionários faltava formação (antropológica); tinham uma visão abstrata do homem, individualista. Paternalismo, depreciação do índio. Presença clerical e sacramentalista.
- 2) No presente : A situação não mudou muito. Falta aos missionários formação antropológica. Falta consciência crítica e há discordâncias ideológicas. A declaração de Barbados traz elementos críticos e se deve levar em conta, mesmo fazendo restrição a alguma afirmação. A partir do Concílio, renovação de conceitos e atitudes numa minoria de missionários, que se torna significativa. Situação de transição e abertura para o esforço de libertação. Mais respeito à cultura e preocupação com sua sobrevivência biológica e cultural. Esforço de modernização mas falta encarnação profunda.
- IV. No futuro : Encarnação mais profunda na realidade indígena. Mais leigos na Missão para equilibrar. Formação renovada e reciclagens periódicas. Conscientização da sociedade envolvente. Mais autonomia ao índio no sentido das decisões e chefia. Acentuar o valor da igreja local num clima de liberdade. Assumir sua realidade e sua causa. Ajudar o índio a entender os mecanismos de nossa sociedade. Dar-lhe condições para deflagrar o processo de libertação. Não de omitir diante da injustiça de que é vítima.

Estudo em entrevistas: 1º É possível "evangelizar" e ao mesmo tempo respeitar a cultura?

No sentido tradicional de evangelização nossa história mostra que não. Num novo sentido, de encarnação na realidade indígena e compromisso efetivo com a sua causa, sim.

2º Qual o objetivo essencial da Missão?

Entrosamento em sua história pela defesa de seus direitos, sua vida física e cultural e, pelo testemunho, anunciando a Boa Nova. Ser agente de conscientização para que eles possam desamarrar o processo de libertação de tudo que os condiciona e escraviza.

3º Qual o sentido de Salvação?

Caminhar junto com esses povos, dando testemunho de vida e fazendo o Anúncio, para que desabrochem as sementes do Verbo através de uma libertação total, de modo que possam viver como pessoas, numa sociedade fraterna e solidária, livre de dominação e exploração.

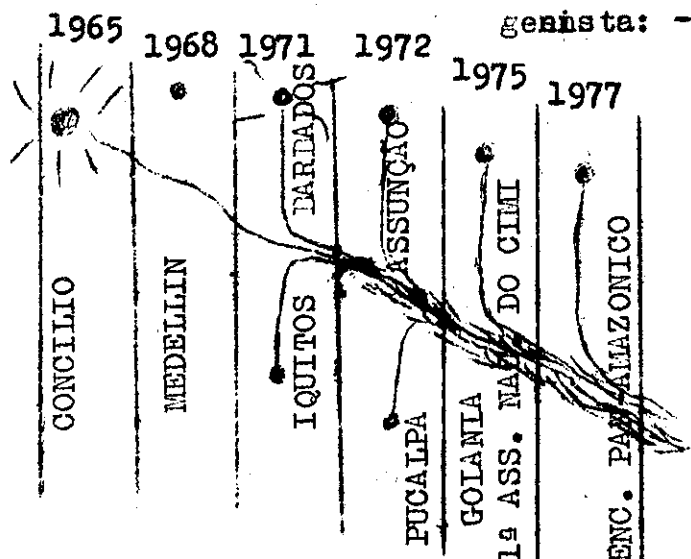
4º Nossa missão é implantar uma Igreja construída ou construir uma Igreja?

Nossa missão é dar condições aos índios de se emanciparem. Nesse contexto é que se pode colocar o problema da Igreja construída ou a construir. Se não contribuir para a emancipação, pode-se prescindir dela.

5º Deve o missionário preocupar-se com os aspectos sócio-econômicos?

Claro que sim, pois não são aspectos isolados.

b) LINHAS DE AÇÃO DAS MISSÕES: histórico, conclusões da 1ª. Asserbléia Indígenista: - A PASTORAL INDIGENISTA



Podemos imaginar sua evolução como um rio cujas cabeceiras começam no Concílio e vai-se avolumando com os afluentes que brotam através dos anos, sempre formados por inúmeras fontes.

Os dois principais documentos do Concílio, no que tange às Missões são a Constituição LUMEN GENTIUM e o Decreto AD GENTES.

Apresentando a feição da Igreja, IG. mostra com nitidez seu traço missionário. A Igreja missionária tem uma ação específica que não se pode confundir nem com a ação do Estado, nem com beneficência, nem com política. No meio dos povos, a Igreja pretende ser a presença do Senhor ou antes "descobrir" essa presença que, embora oculta, transforma a história dos povos indígenas em História da Salvação.

Enquanto a IG. se coloca numa perspectiva salvacionista, AdG. se coloca numa linha incarnacionista. Podem-se citar inúmeros textos.

Em 68, vem a 2ª Conferencia Episcopal da America Latina. As sementes do Concilio ainda não tinham medrado bastante e, fora o discurso de Dom Ruiz, nada apareceu no documento de Medellin sobre a Pastoral indigenista.

Já em 1971, o grande acontecimento foi o encontro de Barbados que por sua posição de vigorosa crítica, teve grande influencia, embora não se tratasse de um encontro de Pastoral. No mesmo ano, houve a 1ª Asserbléia indigenista da Amazonia e aflora a idéia de uma unidade amazônica como um sinal.

Em 1972 a 1ª Asserbléia Episcopal Regional das Selvas em Pucalpa no Perú insiste sobre o valor do instrumental científico para as missões. O Encontro de Assunção, no mesmo ano, reconhece que os índios mais se aproximam das bem-aventuranças e sua vida constitue um Anuncio e uma Denuncia das injustiças de que foram e continuam sendo vítimas.

Em 1975, temos em Goiania a 1ª Asserbléia Nacional do CIMI que é como o ponto de chegada de um longo processo, uma difícil caminhada durante a qual vale ressaltar o documento Y-iuca Pyrama (1973).

O marco mais recente é o Encontro Panamazônico, reunido em Manaus pelo CELAM, no qual havia representantes de seis países.

No primeiro horário da manhã, antes dessa exposição, tivemos um estudo em grupos de alguns documentos sobre a Educação dos Indios no qual foram levantados alguns problemas discutidos a seguir no plenário.

Na parte da tarde, foi debaticado em grupos o Documento do Encontro de Manaus, sendo cada título: a) A nível de Igreja; b) da população envolvente; c) dos indios a atenção de um grupo por inscrição livre, acrescentando-se ainda o problema da educação.

Cada relatório de grupo foi discutido em plenário.

No fim da tarde, houve uma celebração eucarística.

III CURSO DE INDIGENISMO DO CIMI.
DOCUMENTO FINAL.

-36-

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), dentro de sua linha de trabalho a favor dos Povos Indígenas, promoveu o III CURSO DE INDIGENISMO, sob os auspícios do Regional Norte II da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que compreende as circunscrições eclesiais do Estado do Pará e do Território do Amapá.

Reunindo durante 15 dias em Ananindeua (Belém) missionários, estudiosos e interessados do problema indígena, provenientes de Prelazias do Regional bem como de outras partes do País, o curso contou com participação de um grupo de professores do Museu Emilio Goeldi, UFP, UNICAMP (SP) e PUC (SP) e com a colaboração do Arcebispo de Belém, Dom Alberto Ramos, do Presidente do Regional, Dom Angelo Frozi e do Presidente do CIMI, Dom Tomás Balduino.

O DRAMA DAS POPULAÇÕES INDÍGENAS NO PASSADO.

A partir do início do século XVII, os Povos indígenas passaram a sofrer a agressão expansionista dos portugueses, nesta Região. Tal expansão se fez à custa do sangue e da escravidão de povos inteiros que ocupavam legitimamente o território. Milhões de Índios foram exterminados. Outros foram submetidos como força de trabalho para suprir de mão de obra escrava as grandes lavouras coloniais.

Durante todo o desenvolvimento do processo colonial, foi elaborada pelos colonizadores toda uma legislação que oscilou em torno de interesses de grupos dominantes da sociedade colonialista. As leis eram elaboradas ora a partir dos interesses dos "colonos", ora a partir dos interesses das Missões, retirando do Índio qualquer possibilidade de ser o protagonista do seu próprio destino, fazendo dele um simples objeto de disputa econômica ou ideológica, quando não era, despida de qualquer máscara, a legalização do genocídio, como no caso das tristemente famosas "Guerras Justas".

A história real das populações indígenas se processou ignorando a letra dos decretos e "ordenações" feitos em sua defesa. É uma história de morte e destruição, de opressão e extermínio. É uma história de saque: os Povos indígenas foram saqueados material e culturalmente. Transformados, quando sobreviviam biologicamente, em seres devastados, em homens sem alma porque a alma de seu Povo estava morta.

SITUAÇÃO ATUAL.

E esta situação se prolonga e se estende ao aqui e agora. Está diante de nossos olhos.

A ocupação da Amazônia faz-se irreversivelmente e não é menos cruel. Na área do nosso Regional, inúmeros são os fatos dramáticos entre os quais podemos apontar: A Transamazônica retalhou o território dos Parakanã, levando atrás de si a esteira de misérias, doenças e mortes.

Os Suruí se vêem confinados em um território praticamente incultivável e ainda assim estão sendo acossados pelos fazendeiros. Os Índios Tembé e Urubu vêem suas terras serem invadidas por famílias de colonos. A BR-158 atravessará o Parque Indígena Kaiapó. A PA-279 cortará a área dos Xikrins. Os Arara ainda não "atraídos" terão suas últimas terras ocupadas por colonos trazidos do Sul. Os Kararaó do Iriri estão praticamente exterminados, seus últimos remanescentes ameaçados de transferência para outro local, liberando uma grande área para os latifundiários. O projeto Carajá acarretará a ocupação do território onde se refugiaram alguns grupos arredios dos Assurini e Parakanã. Seria longa a lista se pudessemos registrar todos os atentados contra os Índios...

TOMADA DE POSIÇÃO.

Estes fatos demonstram a impossibilidade de compreender a problemática das populações indígenas, não só da Amazônia mas de todo o Brasil, isolando-a do contexto social que a gerou e a reproduz incessantemente por um processo de expropriação brutal e irreversível. Os grandes proprietários vão expulsando da terra os posseiros e pequenos proprietários que, por sua vez, compelidos pela necessidade de sobreviver, apropriam-se das terras dos Índios - elo final dessa cadeia de exploração.

Rejeitamos, portanto, como nociva aos interesses da população indígena, qualquer tentativa de solução que o separe da imensa legião dos marginalizados dos campos e das cidades que se batem, como os Índios, pela terra e por melhores condições de vida e de trabalho.

Diante desta situação de violência extrema e mantendo coerência com o compromisso assumido pelo CIMI com os povos indígenas, nós nos posicionamos inequivocamente ao lado do Índio, expulso de suas terras - fator essencial para sua sobrevivência enquanto Povo - dizimado pelas doenças, subjugado por um sistema de tutela que tenta impedir-lo, até pela força, de tomar consciência de seus problemas, de discutir sua situação de oprimido e bloqueia sua tentativa de organizar-se para a luta em defesa de seu direito de ser autor e protagonista de sua história e de decidir sobre o seu destino.

Conforta-nos sentir que a nova consciência dos Direitos Humanos está se voltando, mais e mais, para os Direitos dos Povos Indígenas e alegra-nos saber que estão sendo dados passos concretos para uma consulta, em nível nacional, visando clarear esses direitos e incorporá-los ao instrumental de defesa jurídica dos Índios.

Esta nossa posição de solidariedade se estende aos posseiros e peões, atirados sobre as terras indígenas pelos interesses do latifúndio voraz, porque estamos convencidos de que, para esses posseiros e peões, as terras indígenas não representam uma solução mas apenas um passo adiante no caminho de uma expropriação definitiva.

É HORA DE REFLETIR.

Acreditamos que esta é uma hora de profunda reflexão não só dos missionários mas de todos os cristãos, de todos os homens que vivem essa realidade trágica, sobre o que representou historicamente a presença da sociedade branca, desde os tempos coloniais até hoje, na vida dos Povos indígenas, verdadeiros filhos desta terra e, a partir dessa reflexão, assumir uma posição de engajamento na luta dos oprimidos por sua libertação.

A Igreja, fiel a Jesus que privilegiou a evangelização dos pobres como o sinal maior de sua missão messiânica, redescobre sua identidade evangélica na solidariedade com os oprimidos, a força libertadora, o valor de redenção que o Cristo Ressuscitado conferiu à luta contra a opressão que o esmagou. Disto é prova o documento conclusivo do recente Encontro Indigenista Pan-Americano de Manaus, patrocinado pelo CELAM, que afirma: "Sua condição (dos Índios) de abandonados e marginalizados, privados de todo poder, nos faz compreender claramente que essas minorias hão-de ser, pela força do Espírito, uma fonte de renovação para todo o Povo de Deus e para a sociedade humana em geral".

Belém, 25 de julho de 1977.

B I B L I O G R A F I A

- AGOSTINHO, Pedro
"Kwarip Mito e Ritual no Alto Xingú"
EPU/EDUSP - Ed.UniversitáriaSP/1974
- ANTONIL, Pe. André
"Cultura e Opulência do Brasil"
- BONFILL, Guillermo
"Del Indigenismo de la Revolución a la Antropologia Crítica"
- CARDOSO, H. Fernando Müller, G.
"Amazônia: Expansão do Capitalismo"
Ed. Brasiliense, CEBRAP/1977
- CARDOSO, Otavio Francisco
"Captialismo, Autoritario e Campesinato"
DIEEL/SP/Rio
- CASTRO, Terezinha de
"História da Civilização Brasileira"
Vol. I/Rio/Record/1969
- CEZAR, Genilson
"Paulistas contra Indios e Caboclos"
Jornal Debates(30:10)3-9, Rio, J. de Debates 5-11/4/76
- CORTEZ, Roberto
"O Indio na Consciência Urbana"
Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi
Nova Série: Antrop. (59)
Belém: Museu Goeldi/Agosto/75
- CRUHL'S, Gaston
"Amazônia Misteriosa"
"Amazônia que eu vi"
- CRUZ, Ernesto
"Temas da História do Pará"
Belém, SPEVEA, 1960
- DIAS, Manuel Nunes, Prof./1970
"A Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão(1755-1778)
2 vol. (Fomento e Mercantilismo)
- "EXODO de la Iglesia en la Amazonia"
Documentos Pastorales de la Iglesia en la Amazonia Peruana
Coordinación de Pastoral de la VIII Region Pastoral del Peru
- GALVÃO, Eduardo
"Areas culturais indígenas do Brasil"/1900-59
B. Museu Paraense E. Goeldi
- INDIOS Brasileiros
"Manifesto dos Indios Brasileiros"
In: Versus(11)22.S. Paulo, Versus, Junho/1977
- JUNQUEIRA, Carmen
"Os Indios de Ipavu"
Ed. Atica, SP
- LEITE, Serafim Pe.
"A História da Companhia de Jesus no Brasil"
12 vol(ver 3ª)
- LUGON, Clovis
"A República Comunista Cristã dos Guaranís" /1610%1768
2a.ed./Rio/Paz e Terra/1976
- MAIR, Lucy,
"Introdução à Antropologia Social"
Zahar, Editora/Rio/1969
- MAUÉS, Heraldo
"Ação das Ordens e Congregações Religiosas na Amazônia"
Ed. Grêmio Literário Português
- MEGGERS, Betty J.
"Amazônia, a ilusão de um paraíso "
- MELATTI, Julio Cesar
"Indios do Brasil"
Brasilia/Coordenada/1970

- MIRANDA, Manoel José de
"Marajó: Desafio da Amazônia"
Rio/Record/1976
- MOREIRA, Carlos
"Política Indigenista do século XIX"
- OLIVEIRA, Roberto, Cardoso de
"O Índio é o Mundo dos Brancos"
Livraria Pioneira Editora/SP/1972
"A Sociologia do Brasil Indígena"
Tempo Brasileiro/SP/1972
"Identidade, Etnia e Estrutura Social"
Livraria Pioneira, Ed. S. Paulo, 1976
- PASSOS, Guimarães, Alberto
"Quatro Séculos de Latifúndio"
3a. ed./Rio/Paz e Terra/1968
- PIMENTEL, Lourdes
"A Transamazônica e o Problema da Integração Social"
In: Amazônia Brasileira, em foco (9) 26-60. Rio CNNDA/1974
- "ECR la Liberación del Indígena"/Projecto Morandu
Ediciones del Sol/Serie antropológica
- RAMOS, Paulo
"Enterrem meu Coração no Delta do Amazonas"
In: Versus (8) 6-7/SP/Versus/Março/1977
- REIS, Arthur Cezar Ferreira
"A Amazônia e a Cobiça Internacional"
3a. ed./Rio/Record/1968
"A Política de Portugal no Valle Amazônico"
Revista CONTRAPONTO
Centro de Estudos Noel Nutels/ano I nº 1, Novº 1976
- RIBEIRO, Darcy
"Os Índios e A Civilização"/1970
Ed. Civilização Brasileira, Rio
"O Processo Civilizatório"/1966
Ed. Civilização Brasileira/Rio
"Convívio e Contaminação"/1957
"Teoria do Brasil"
Ed. Civilização Brasileira, 2a. ed./1975
- SCHADEN, Egon
"Aculturação Indígena"
Aspectos fundamentais da cultura guaraní/EPU/EDUSP
Livraria Pioneira/Ed. SP/3a. ed.
- SODRÉ, Nelson Werneck
"Formação Histórica do Brasil"
E. Rio/Civil. Brasileira/1976
- SKIDMORE, T
"Brasil de Getúlio a Castelo"
Ed. SAGA/SP
- STRAUSS, Claude Lévi
"La Pensé Sauvage"
Anthropologie Structurelle
Paris/Librairie Plon
"Le totémisme aujourd'hui"
Paris/PUF
- FREIRE, Paulo Reglus
"O assistente social face ao processo de mudança"
(Trad. da Revista ECRO/Argentina (para uso da FSS/PUC/RS))

SITUAÇÃO DE CONTATO / Região Norte (R.N.) e
Centro - Oeste (C.O.)

Fatores de influência	Nº de grupos %	mínimo		máximo	
		1957	1971	1957	1971
1. ESTRADAS:					
R.N.	30(47,6)	13.100	11.185	18.250	11.695
C.O.	06(09,5)	05.100	05.600	06.750	05.650
TOTAL	36(57,200)	18.200	16.785	25.000	17.345
2. MINERAIS:					
R.N.	20(31,7)	10.200	11.115	14.000	12.535
C.O.	04(06,3)	01.100	02.100	01.750	03.100
TOTAL	24(38,0)	11.300	13.215	15.750	15.635
3. PECUÁRIA:					
R.N.	07(11,1)	01.300	00.955	01.650	01.005
C.O.	19(30,1)	06.900	07.435	10.800	09.285
TOTAL	26(41,2)	82.00	08.390	12.450	10.290
TOTAL GERAL	63(100,00)	34.450	32.565	47.850	26.095
TOTAL NACIONAL	143()	68.100	75.400	99.700	80.400

DÍVIDA EXTERNA E RESERVAS INTERNAS

1971 / 1975

ANO	P I B	DÍVIDA EXTERNA BRUTA	DÍVIDA / P I B	RESERVA
71	55,1	6,6	11,9 %	1,7
72	60,9	9,5	15,5 %	4,2
73	67,8	12,9	19,0 %	6,4
74	74,3	17,2	23,1 %	5,2
75	(18,8)	21,5	27,2 %	3,6

42

1975 / AS 200 MAIORES EMPRESAS segundo P.L.

Discriminação	estatais	nacionais	estrangeiras	mistas
CONSUMO DURÁVEIS: automobilístico, eletrodomésticos, vidro, etc.	--	--	12	--
CONSUMO NÃO DURÁVEIS: alimentação, têxtil, farmácia, etc.	--	--	13	--
BENS DE CAPITAL: mecânica, material elétrico, ferroviário, etc.	01	06	10	01
BENS INTERMEDIÁRIOS: siderurgia, química, cimento, papel, etc.	06	13	11	07
INFRAESTRUTURA: eletricidade, comunicações, gás, etc.	51	--	01	--
SERVIÇOS: comércio, transporte, construção civil	05	10	05	--
CONSTRUÇÃO CIVIL:	01	11	01	--
MINERAÇÃO: extração e financiamento	01	--	02	04
OUTRAS: conglomerados, holdings, etc.	03	05	03	03

RENTABILIDADE DAS MAIORES EMPRESAS segundo P.L.

	1 9 7 0	1 9 7 2	1 9 7 4
ESTATAIS	07,6 %	10,1 %	11,3 %
NACIONAIS	10,4 %	15,5 %	18,4 %
ESTRANGEIRAS	14,8 %	19,4 %	20,4 %

77

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA BRASILEIRA		
1% da população	11,7 %	17,8 %
4% da população	15,6%	18,5%
15% da população	27,2%	26,9%
80% da população	45,5%	36,8%
	1 9 6 0	1 9 7 0

DISTRIBUIÇÃO DA POSSE DA TERRA / INCRA / 1967 - 1972 / -

% DOS IMÓVEIS	% DA ÁREA TOTAL		ÁREA MÉDIA (ha)	
	1967	1972	1967	1972
01 +	44,3	46,0	4381	5029
05 +	66,0	68,1	1306	1490
10 +	77,1	77,9	0763	0852
20	14,3	13,4	0071	0073
20	04,8	04,9	0024	0027
50-	03,5	03,8	0007	0008

DISTRIBUIÇÃO DA RENDA FAMILIAR NO SETOR URBANO: BRASIL, - 1975

GRUPOS	Nº DE FAMÍLIAS (%)	RENDA APROPRIADA (%)	RENDA MÉDIA MENSAL ESTIMADA
A	1 +	10,5	27.760
B/1	4	18,6	15.290
B/2	15	30,0	5.520
C	30	25,6	2.140
D	50	15,3	750

FONTES DOS DADOS BÁSICOS: Langoni, - 1973

CADASTRO DE 1967 E RECADASTRAMENTO DE 1972 (EM MILHÕES DE FAMÍLIAS)

	1 9 6 7	1 9 7 2
ASSALARIADOS PERMANENTES	1,4	1,2
ASSALARIADOS TEMPORÁRIOS	3,9	6,8
PARCEIROS/ ARRENDATÁRIOS	2,1	0,5
POSSEIROS	0,7	0,5
MINIFUNDIÁRIOS	2,7	2,4
TOTAIS	10,8	11,4

FONTE: I.N.C.R.A.

SALÁRIO MÍNIMO / CUSTO DE VIDA

PERÍODO	SALÁRIOS MÍNIMOS DECRETADOS (Cr\$)	SALÁRIOS MÍNIMOS CORRIGIDOS P/ INDI- CE DE CUSTO DEVIDA
01.01.59	5,90	5,90
18.10.60	9,44	10,20
16.10.61	13,22	14,80
01.01.63	21,00	27,72
24.02.64	42,00	53,90
01.03.65	66,00	99,86
01.03.66	84,00	147,84
01.03.67	105,00	207,57
26.03.68	129,60	254,31
01.05.69	155,00	334,40
01.05.70	187,20	389,72
01.05.72	268,80	587,81
01.05.73	312,00	758,72
01.05.74	376,80	1.024,65
01.05.75	532,80	1.285,48
01.03.76	532,80	1.722,45
01.05.76	-----	1.818,47

FONTE: D.I.E.E.S.E. (Jornal da Tarde / 23.04.76/
SP)

TRABALHO NECESSÁRIO PARA RAÇÃO ESSENCIAL

PRODUTOS	QUANTIDADE	DEZEMBRO/65	MARÇO/76
Carne	6,000 kg	26h.24min.	54h.19min.
Leite	7,5 l	04h.15min.	06h.45min.
Feijão	4,500 kg	07h.08min.	21h.15min.
Far.de milho	1,500 kg	02h.23min.	01h.40min.
Arroz	3,000 kg	03h.45min.	07h.38min.
Batata	6,000 kg	07h.36min.	09h.55min.
Tomate	9,000 kg	08h.24min.	21h.54min.
Pão	6,000 kg	07h.48min.	18h.02min.
Café	0,600 kg	00h.46min.	08h.55min.
Banana	7,5 dz	04h.00min.	15h.43min.
Açúcar	3,000 kg	03h.48min.	03h.10min.
Manteiga	0,750 kg	07h.19min.	03h.23min.
Banha	0,750 kg	03h.44min.	09h.32min.
TOTAL	-----	84h.20min.	182h.11min.

BASE: Salário Mínimo de São Paulo

FONTE: D.I.E.E.S.E. (Jornal da Tarde/23.04.76)

Kg. de Alimento	Minutos de trabalho	
	1 9 6 5	1 9 6 9
Período =====		
Pão.	28	147
Arroz.	75	107
Feijão.	95	199
Macarrão.	169	184
Batata.	76	94
Carne.	264	354
Sal.	74	37
Açúcar. Gr .	76	62
Leite (l),	34	46
FONTE: D.I.E.E.S.E.		

Sobre a branca areia de Meruri,
silêncio.

As sementes do canto infinito
de teu povo
se desprendem do silêncio
como a alma de fogo
abandona os olhos vazados
da noite morta
e amanece.

Sobre a branca areia de Meruri,
vento e água.

Há um ano a chuva
lava tua morte e te restitui
purificado.

Ensinaram-me:
na terra de tua paz
o tempo se mede
pela altura do milho,
e a espiga já fez saltar
do ventre verde
sua fogueira de granitos
incendiados.

No tempo da espiga,
unidos no sangue,
no escuro chão
dos oprimidos:
Simão,
Rodolfo
e silêncio.

De João Mineiro
sabemos que se foi,
mas eles são tantos
que é como se não
tivessem ido.

Ainda não amanheceu
a hora de justiça.

Ah! Simão que andas
no peito dos guerreiros,
libertado,
como chamar-te irmão
se meu braço branco
escravizou teu povo?

Quisera ao peito dos guerreiros
que te guardam
que sou escravo
gritar
e resisto!

Rodolfo, irmão além da morte,
como quis te ver libertado
no peito dos guerreiros!

Quando romperemos
as portas da terra que retém
e o canto do povo libertado
pulzará em tuas veias de mártir?

De João Mineiro
sabemos que se foi,
mas eles são tantos
que é como se não
tivessem ido.

AINDA NÃO AMANHECEU
A HORA DE JUSTIÇA.